

## **Decreto nº 033, de 04 de junho de 2001**

Dá nova redação ao Decreto nº 038, de 23 de agosto de 2000

Regulamenta os artigos 214,III, 271, 272, 273, I, II, III, 274 e 275, todos da Lei Municipal nº 89, de 21 de dezembro de 1990, que criaram a Taxa de Serviços Urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições, e considerando as disposições contidas nos artigos 214, III, 271, 272,273, I, II, III, 274 e 275, da Lei Municipal nº 89, de 21 de dezembro de 1990, que contém o Código Tributário do Município de Itapagipe,

Decreta,

Art. 1º - A Taxa de Serviços Urbanos (TSU), criada pelo inciso III do art. 214, do Código Tributário do Município de Itapagipe, mencionada nos artigos 271, 272, 273, I, II, III, 274 e 275, todos da Lei Municipal nº 89 de 21/12/1990, passa a reger-se pelo presente Regulamento.

Art. 2º - A Taxa ora regulamentada na conceituação constitucional, é o tributo arrecadado em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição ( Art. 145, II da CF).

Art. 3º - A Taxa prevista neste Regulamento tem como fato gerador a prestação de serviços públicos, ou postos à disposição do contribuinte pela Prefeitura Municipal, conforme art. 273, I a IV do CTM - Lei Municipal nº 89, de 21/12/90.

Art. 4º - O procedimento administrativo de lançamento da Taxa de Serviços Urbanos constitui atividade vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional, consistente nos seguinte passos:

- I - verificar a ocorrência do fato gerador da Taxa;
- II - determinar a matéria tributária;
- III - calcular o montante da Taxa devida;
- IV - sendo o caso, propor a aplicação de penalidade cabível.

Art. 5º - A Taxa não terá por base de cálculo os impostos municipais e o seu pagamento dar-se-á conforme as disposições do CTM - Lei Municipal nº 89, de 21/12/90.

Art. 6º - São isentos do pagamento da Taxa prevista neste Regulamento:

I - as propriedades federais e estaduais, quando utilizadas exclusivamente por serviços da União e do Estado;

II - os templos destinados à prática de qualquer culto.

Art. 7º - A Taxa prevista neste Regulamento incide sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos serviços públicos prestados ou postos à disposição do contribuinte.

Art. 8º - As alíquotas para efeito de cobrança mensal da Taxa mencionada neste Regulamento são as previstas no art. 273, I a IV do Código Tributário Municipal, lei Municipal nº 89, de 21/12/90.

Art. 9º - As alíquotas são decorrentes das atividades do poder de polícia do Município, da utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis e destinados ao bem estar dos contribuintes.

Art. 10 - A forma de pagamento da taxa prevista neste Regulamento é aquela fixada pelo art. 27, I a III, da Lei Municipal nº 89, de 21/12/90 - código Tributário Municipal.

Art. 11 - Com base no art. 32 do CTM - Lei Municipal nº 89 de 21/12/90, o Chefe do Poder Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito, agências ou escritórios no Município, para recebimento da Taxa, segundo as normas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 12 - Com base no dispositivo legal mencionado no artigo anterior, a Prefeitura Municipal poderá celebrar convênio com as concessionárias de serviços públicos no Município de Itapagipe, CEMIG e/ou COPASA, para o recebimento da Taxa de Serviços Urbanos, conforme as cláusulas conveniadas em implemento de recursos na manutenção, conservação e melhoramento dos serviços públicos prestados à comunidade.

Art. 13 - No caso previsto no artigo anterior, o percentual conveniado e destinado ao desembolso pelo Município será retido pela empresa conveniente, como pagamento pelo serviço prestado e o restante repassado mensalmente ao cofres municipais.

Art. 14 - No caso de inadimplência da obrigação prevista neste Regulamento, o contribuinte está sujeito à cobrança de juros moratórios na base de 1% (um por cento) contado por mês ou fração sobre a importância devida até seu efetivo pagamento, mais atualização monetária pela variação da UFM (Unidade Fiscal do Município) conforme Lei Municipal nº 89, de 21/12/90.

Art. 15 - Serão aplicados à Taxa de Serviços Urbanos todos os demais dispositivos da Lei Municipal nº 89, de 21/12/90, pertinentes à matéria ora regulamentada.

Art. 16 - A Unidade Fiscal do Município, para efeito de cobrança da Taxa de Serviços Urbanos é a vigente segundo as normas do CTM - Lei Municipal nº 89, de 21/12/90.

Art. 17 - Para o cálculo dos percentuais correspondentes às alíquotas da Taxa de Serviços Urbanos, nos termos do art. 273, I a IV do CTM - Lei Municipal nº 89, de 21/12/90, serão obedecidos os fundamentos jurídicos e os cálculos previstos no Anexo I deste Regulamento.

Art. 18 - Para fins recursais serão obedecidas as normas do CTM - Lei Municipal nº 89, de 21/12/90, no que couber.

Art. 19 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os atos a ele contrários.

Prefeitura Municipal de Itapagipe-MG, 04 de junho de 2001

JERONIMO DONIZETE DA SILVA  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**QUADRO DE ALÍQUOTAS APLICÁVEIS À TAXA DE  
SERVIÇOS URBANOS PREVISTA NO ART. 273, I A IV DO  
CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO - LEI MUNICIPAL N°  
89, DE 21/12/90**

<b>Espécie</b>	<b>Fundamento Jurídico</b>	<b>Alíquota</b>
Taxa de Conservação de Calçamento	Art. 273, I da Lei 89, de 21/12/90	5% UFM
Taxa de Limpeza Pública	Art. 273, II da Lei 89, de 21/12/90	10% UFM
Taxa de Conservação de Iluminação Pública	Art. 273, III, da Lei 89, de 21/12/90	24% UFM
Taxa de Conservação de Esgotos	Art. 273, IV, da Lei 89, de 21/12/90	5% UFM
<b>Totalidade de Serviços Urbanos</b>	<b>Art. 273, I a IV do CTM</b>	<b>44% UFM</b>

